

## Inovações, Reproduções e Produções das Famílias de Mães Lésbicas: uma Revisão Bibliográfica

Innovaciones, Reproducciones y Producciones de las Familias de Madres Lesbianas: una Revisión Bibliográfica

Innovations, Reproductions and Productions of Lesbian Mothers' Families: Bibliographic Review

**Mônica Fortuna Pontes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4319-9385>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/Brasil*

### Declaração de Direito Autoral

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.



[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

### Resumo

O presente artigo tem o objetivo de pensar as famílias compostas por mães lésbicas e filhos/as, apontar e discutir como as mesmas reproduzem, inovam e produzem formas de ser família, uma vez que são atravessadas por desdobramentos provenientes de direitos adquiridos, avanços das tecnologias reprodutivas, entre outros, em sociedades pautadas pela heteronormatividade. Foi realizada uma revisão bibliográfica que compreendeu estudos desenvolvidos no Reino Unido, na Bélgica, na Espanha, na França e no Brasil, com filhos/as criados/as por mães lésbicas, a partir dos anos 1980 até os dias de hoje. As pesquisas envolvendo filhos/as de mães lésbicas foram iniciadas na década de 1970 e impulsionados por argumentos relacionados ao prejuízo psicológico que essas crianças sofreriam ao serem criadas por mães homossexuais. Os resultados dos estudos apontaram, desde o início de sua realização, não haver distinções relevantes entre filhos/as criados/as em lares homoparentais e em lares heteroparentais. Após anos de estudos desenvolvidos, de lutas dos movimentos sociais, de busca por reconhecimento e igualdade que resultaram em conquistas de direitos, a afirmação da inexistência de diferenças significativas imperou. Será que nos dias de hoje, aproximadamente quarenta anos após os primeiros estudos sobre homoparentalidade, diferenças e singularidades ainda serão vistas como inferioridades? Entre a acomodação e a invenção, as famílias homoparentais femininas não perturbariam certas bases do modelo de parentesco euro-americano. Contudo, mais do que pensar somente em termos de reprodução ou inovação de um tipo de família dita tradicional, pode-se pensar em produção.

**Palavras-chave:** Mães lésbicas; Homoparentalidade; Revisão bibliográfica; Filhos/as.

### Resumen

El presente artículo tiene el objetivo de pensar las familias compuestas por madre/s lesbianas e hijos/as, apuntar y discutir cómo las mismas reproducen, innovan y producen formas de ser familia, una vez que son atravesadas por desdoblamiento provenientes de derechos adquiridos, los avances de las tecnologías reproductivas, entre otros, en sociedades pautadas por la heteronormatividad. Se realizó una revisión bibliográfica que comprendió estudios desarrollados en el Reino Unido, Bélgica, España,

Francia y Brasil, con hijos/as criados/as por madres lesbianas, a partir de los años 1980 hasta los días de hoy. Las investigaciones con hijos/as de madres lesbianas se iniciaron en la década de 1970 e impulsados por argumentos relacionados con el daño psicológico que esos niños podrían sufrir al ser creados por madres homosexuales. Los resultados de los estudios mostraron, desde el inicio de su realización, no hay diferencias significativas entre hijos/as criados/as en familias homoparentales y en familias heteroparentales. Después de años de estudios desarrollados, de luchas de los movimientos sociales, de búsqueda por reconocimiento e igualdad que resultaron en conquistas de derechos, la afirmación de que no existen diferencias significativas imperó. ¿Será que en los días de hoy, aproximadamente cuarenta años después de los primeros estudios sobre homoparentalidad, diferencias y singularidades todavía serán vistas como inferioridades? Entre el alojamiento y la invención, las familias homoparentales femeninas no perturbar ciertas bases del modelo de parentesco euroamericano. Sin embargo, más que pensar solamente en términos de reproducción o innovación de un tipo de familia dicha tradicional, se puede pensar en producción.

**Palabras clave:** Madres lesbianas; Homoparentalidad; Revisión bibliográfica; Niños/as.

### **Abstract**

The aim of this article is to reflect about families composed of lesbian mothers and childrens and to discuss how they reproduce, innovate and produce ways of being a family, once they are crossed by consequences from acquired rights, advances in reproductive technologies, among others, in societies based on heteronormativity. A bibliographic review was carried out that included studies developed in the United Kingdom, Belgium, Spain, France and Brazil, with children raised by lesbian mothers from the 1980s to the present day. Research involving lesbian mothers' children began in the 1970s and was driven by arguments related to the psychological harm these children would suffer from being raised by homosexual mothers. The results of the studies indicated that there were no significant differences between children in homoparental families and in heteroparental families. After years of developed studies, struggles of social movements, the search for recognition and equality that resulted in the achievement of rights, the assertion that there are no significant differences prevailed. Is it that today, about forty years after the first studies on homoparentality, differences and singularities will still be seen as inferiorities? Between accommodation and invention, female homoparental families would not disturb certain bases of the Euro-American kinship model. However, more than just thinking in terms of reproduction or innovation of a traditional type of family, we can think of production.

**Keywords:** Lesbian mothers; Homoparentality; Literature review; Children.

---

### **Introdução**

Poucas pessoas me deram a impressão de se mover a cada momento, não de mudar, mas de se mover todo por meio de um gesto que ele fazia, de uma palavra que dizia, de um som de voz, como um caleidoscópio que a cada vez faz uma nova combinação.

*Deleuze e Parnet*

Dentre os primeiros e relevantes estudos com crianças criadas por mães lésbicas (Golombok, Spencer, & Rutter, 1983; Bailey, Bobrow, Wolfe, & Mikach, 1995; Flaks, Ficher, Masterpasqua, & Joseph, 1995;

Golombok & Tasker, 1996) estiveram presentes as grandes preocupações relacionadas ao tema, as quais giravam em torno do desenvolvimento psicossocial das crianças. As referidas pesquisas se basearam, principalmente, na comparação entre filhos/as que cresciam em lares homoparentais e lares heteroparentais.

Esses primeiros estudos realizados com crianças criadas por mães lésbicas, começaram a ser realizados nos anos 1970, são majoritariamente americanos (Ducouso-Lacaze & Gratton, 2017) e tiveram suas origens justamente em situações em que mulheres

lésbicas necessariamente perdiam a guarda de seus/suas filhos/as após se divorciarem de seus maridos, em julgamentos ocorridos no Reino Unido e nos Estados Unidos (Golombok, 2015). O motivo alegado para a perda tinha relação com o melhor interesse da criança (Golombok, 2000), e ficar com mães lésbicas não corresponderia a isso. Além disso, naquela década, no Reino Unido, mães lésbicas começaram a ser conhecidas pela sociedade de maneira geral quando da divulgação, num jornal de Londres, de notícias sobre mulheres lésbicas que frequentavam clínica privada com o objetivo de realizar inseminação artificial com doador (Golombok, 2000).

Não existiam, nos idos da década de 1970, estudos nem pesquisas realizadas sobre o desenvolvimento psicológico das crianças em famílias de mães lésbicas e pairava um temor relacionado ao que aconteceria com elas (Golombok, 2000). Os maridos divorciados provavam que suas ex-esposas se relacionavam com outras mulheres e, assim, os juízes concediam a custódia das crianças aos pais.

Ainda nos anos 1980, Kath Weston, em estudo intitulado *Families We Choose*, a partir de uma etnografia sobre gays e lésbicas em São Francisco (EUA), entre 1985-1987, mostra como o surgimento da AIDS revelou o preconceito de muitos familiares que rejeitaram alguns de seus parentes consanguíneos por descobrirem que eram gays. Essas pessoas rejeitadas se reuniram com outras e formaram as famílias escolhidas, demonstrando que o padrão de parentesco se estende para além da relação legal e/ou consanguínea para incorporar os/as amigos/as, amantes, companheiros/as dos/as pais e mães de filhos/as adotivos/as, ou filhos/as advindos/as de relações heterossexuais anteriores, entre outros, como família (Fassin, 2015). Assim, a substituição das relações de parentesco pelas relações de amizade e afetivas é descrita.

Dessa forma, a eclosão de tal situação abalou o senso comum ao inverter o sentido do ditado que diz: “escolhem-se os amigos, não a

família”<sup>1</sup> (Fassin, 2015, p. 83, tradução nossa). O caso de Weston, além de abordar as questões sexualidade e família, aponta um movimento alternativo em relação à norma vigente, uma vez que as famílias formadas por amigos/as e afins não se baseavam em laços consanguíneos, e sim na amizade e na solidariedade.

Pouco tempo depois, o referido movimento alternativo foi sendo modificado e se observou, por parte das famílias compostas por homossexuais, a aspiração à norma. O que estava em questão era a entrada dos excluídos da ordem familiar na família – naquela família já definida. Tal movimento foi notado a partir da década de 1990. Os debates sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo e também sobre a abertura da filiação aos homossexuais contribuíram para que os termos da reflexão mudassem. Trata-se, então, da busca por igualdade de direitos e não mais de famílias alternativas (Fassin, 2015). Assim, a partir dos anos 1990, direitos de gays e lésbicas começam a ser pautados e conquistados, mostrando a busca pela normalidade, e não a contestação da definição da norma.

Importante ressaltar a modificação ocorrida na relação existente entre sexualidade e família ao longo do tempo, no que tange ao campo de pesquisa. Os estudos em ciências humanas e sociais mantiveram, até recentemente, esses dois campos de estudos distintos: família e sexualidade. Encontramos, de um lado, os estudos sobre a família, os quais tratavam das configurações heteroparentais, e, do outro, os estudos sobre a sexualidade, em que se privilegiavam práticas homossexuais (Fassin, 2015).

A sociologia da família teve o casal heterossexual como seu objeto central de estudos. A sociologia da família e da vida privada tem acompanhado há mais de 30 anos as transformações familiares e sociais, suas uniões, separações e recomposições, passando pelo divórcio por consentimento mútuo, na França, por exemplo, em 1975 e o voto do

---

<sup>1</sup> No original: « *On choisit ses amis, pas sa famille* ».

PaCS2, em 1999. Ainda assim, foram produzidas poucas pesquisas francesas sobre a conjugalidade gay ou lésbica até 2010. No caso do Brasil, o divórcio foi instituído oficialmente em 1977, uniões civis consentidas entre pessoas do mesmo sexo em 2011 e as pesquisas acadêmicas também só foram crescendo no início dos anos 2000.

Do ponto de vista da sociologia da sexualidade, pesquisas sobre homossexualidades foram impulsionadas pelo contexto da epidemia de AIDS dirigida principalmente à população gay, e são quase exclusivamente ligadas à sexualidade masculina e às suas práticas. (Descoutures, 2010, p. 3, tradução nossa).<sup>3</sup>

Num primeiro momento, a AIDS chegou a reforçar tal separação, mas, num segundo momento, a pandemia teria também desestabilizado essas representações, como demonstra Weston em estudo mencionado acima (Fassin, 2015).

Assim, nas pesquisas com mães lésbicas, em especial (Descoutures, 2010; Pontes, 2011; Darius & Déchaux, 2016), ao mesmo tempo que abordaram os assuntos sexualidade e família apontaram a pouca ruptura dessas mães com as normas heterossexuais. Ainda que sejam duas mulheres exercendo a parentalidade, suas famílias pareciam reproduzir um modelo já reconhecido e aceito socialmente através, por exemplo, da busca por filhos/as biológicos/as e da vontade de que os/as mesmos/as fossem criados/as pelo casal lésbico, sem a presença de uma terceira pessoa, entre outros.

Além disso, observou-se o quanto as famílias de origem das mães lésbicas passaram a lidar de outra forma com a sexualidade de suas filhas, a partir do surgimento dos/as netos/as. A chegada das crianças inaugurou um novo período de relação com familiares de origem, proporcionando um reconhecimento social marcado pelo nascimento de um/a filho/a na família homoparental<sup>4</sup>. Algumas mulheres explicaram que o fato de se tornarem mães lhes permitiu a reconciliação com suas famílias porque teriam dado netos/as a seus pais e mães, e os tornaram avôs e avós (Dunne, 2000; Descoutures, 2010; Rozée, 2012; Silva, 2013). Fato que sugeriu uma maior aceitação da família homoparental por parte dos familiares de origem das mães, possivelmente por aproximar a família homoparental da normalidade, e sobrepor a maternidade das mulheres lésbicas à sua orientação sexual.

Da invisibilidade à conquista de alguns direitos, as famílias homoparentais femininas passaram por relevantes mudanças ao longo dos últimos anos, principalmente. Nesse contexto de transformações, autores/as (Descoutures, 2010; Imaz, 2015; Pontes, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2015; Darius & Déchaux, 2016) questionam de quais formas as referidas famílias estariam reiterando as normas de parentesco e também apontando novas possibilidades de ser família, na França, na Espanha e no Brasil.

Em um contexto heteronormativo, em que a homossexualidade pode ser considerada um desvio do indivíduo, as mães lésbicas não adotam um discurso de “direito à diferença”, e não fazem uma crítica à sociedade heteronormativa. Seus discursos

---

<sup>2</sup> Pacte Civil de Solidarité. Na França, em 13 de outubro de 1999, mediante alteração do código civil, foi criado o PaCS, autorizando duas pessoas do mesmo sexo ou de diferentes sexos a firmarem contrato para “organizar sua vida em comum” (Dias, 2009, p. 66).

<sup>3</sup> O texto original é: « Du point de vue de la sociologie de la sexualité, les recherches sur les homosexualités ont été propulsées par le contexte de l'épidémie du sida touchant principalement la population gaie, et se sont quasiment exclusivement attachées à la sexualité masculine et à ses pratiques ».

<sup>4</sup> Família homoparental ou homoparentalidade designa a situação em que pelo menos um dos membros da família, que se considera homossexual, deseja ser ou é pai ou mãe. Foi criado somente em 1997 pela associação de pais e futuros pais gays e lésbicas (*Association des Parents et Futurs Parents Gays et Lesbiens*) – APGL – situada em Paris. Apesar das controvérsias criadas em torno do termo, ele será utilizado no presente artigo.

baseiam-se mais em uma busca de legitimidade por parte dessa sociedade, de quem elas dependem mais ou menos e cuja distribuição de direitos elas reivindicam (e precisam para exercer sua parentalidade)<sup>5</sup> (Descoutures, 2010, p. 132, tradução nossa).

Um número significativo de pesquisas foi desenvolvido sobre a homoparentalidade feminina, em diferentes países do ocidente. Os resultados das referidas pesquisas auxiliaram na aquisição de direitos por parte de gays e lésbicas e, em especial no que se refere ao tema em questão, por parte das famílias de mães lésbicas. Diante disso, o presente artigo tem o objetivo de pensar as famílias compostas por mães lésbicas e filhos/as, através de trabalhos desenvolvidos, assim como apontar e discutir como elas reproduzem um modelo familiar já existente, ao mesmo tempo que inovam a parentalidade.

O olhar e a discussão sobre as produções relacionadas às famílias de mães lésbicas são de grande relevância por visibilizar uma configuração familiar que possui particularidades, ao mesmo tempo em que é uma configuração familiar como as outras. Entretanto, são tratadas muitas vezes, ainda na contemporaneidade, como famílias de segunda categoria, e tal fato tem desdobramentos no cotidiano dos/as próprios/as filhos/as. Pretende-se levantar questões sobre como essas famílias compostas por mães lésbicas e filhos/as não apenas reproduzem e inovam, mas produzem formas de ser família, uma vez que são atravessadas por desdobramentos provenientes de direitos adquiridos, avanços das tecnologias reprodutivas, entre outros, em sociedades regidas pela heteronormatividade.

## **Método**

Foi realizada uma revisão bibliográfica que compreendeu, na sua grande maioria, estudos com filhos/as criados/as em famílias de mães lésbicas, a construção da família e o exercício da maternidade lésbica por meio de seus desafios, impedimentos e aberturas de novos caminhos. Tal revisão foi utilizada como auxiliar para pensar as transformações nas famílias homoparentais femininas, envolvendo a relação entre família e sexualidade ao longo dos últimos anos.

Esse levantamento bibliográfico fez parte de um estudo mais amplo sobre filhas e filhos de mães lésbicas, o qual obteve o Certificado de Aprovação para Apreciação Ética – CAAE – n. 62512016.3.0000.5282, Plataforma Brasil.

Serão apresentadas no presente texto algumas pesquisas quantitativas realizadas ainda na década de 1980 com filhos/as de mães lésbicas, em sua maioria feitas nos Estados Unidos e em países da Europa, assim como trabalhos desenvolvidos no Brasil e na França, em sua grande maioria qualitativos, a partir dos anos 2000 até 2018. A busca por essa literatura específica ocorreu ao longo do período de realização de pesquisa de doutorado e compreendeu artigos, dissertações, teses e livros relacionados ao assunto da homoparentalidade feminina.

## **Resultados e discussão**

A partir dos anos 1970, estudos (Golombok et al., 1983; Bailey et al., 1995; Flaks et al., 1995; Golombok & Tasker, 1996) buscaram comparar famílias homoparentais às famílias heteroparentais e mostraram reiteradamente não haver diferenças significativas entre filhos/as criados/as em famílias heteroparentais ou homoparentais, no que diz respeito ao desenvolvimento psíquico,

---

<sup>5</sup> O texto original é: « *dans un contexte heteronormatif ou l'homosexualité peut être considérée comme une deviance de l'individu, les mères lesbiennes n'adoptent pas un discours du 'droit à la différence' et n'operent pas une critique forte de la société heteronormative. Leurs discours a davantage recours a une recherche de legitimité de la part de cette société dont depend plus ou moins de la distribution des droits qu'elles reclament (et dont elles ont besoin pour exercer leur parentalité)* ».

ao relacionamento com seus pares e à orientação sexual.

O estudo de Golombok, Spencer e Rutter (1983) foi realizado com 27 mães lésbicas e seus/suas 37 filhos/as e com 27 mães solteiras heterossexuais e seus/suas 38 filhos/as, de idades entre 5 e 17 anos. As informações sobre essas famílias foram obtidas através de entrevistas individuais (padronizadas) com as mães, assim como entrevistas individuais (padronizadas) com os/as filhos/as, juntamente com suas mães e através, ainda, de questionários com os/as professores/as. Os resultados indicaram que não foram encontradas diferenças entre os/as filhos/as criados/as nos lares com mães lésbicas e aqueles/as criados/as com mães heterossexuais solteiras, no que diz respeito a identidade de gênero, comportamento sexual e orientação sexual desses/as filhos/as.

Limitações foram apontadas pelos próprios/as autores/as. No que diz respeito à orientação sexual dos/as filhos/as, o fato da média de idade ter sido de 9,3 anos (filhos/as de mães lésbicas) e de 10 anos (filhos/as de mães solteiras), foi considerada baixa para que dados sobre a orientação sexual pudessem ser afirmados. Assim, a indicação de futuras pesquisas com grupos maiores seria importante e poderia trazer resultados mais fidedignos. Inclusive, o referido estudo foi alvo de críticas no tocante aos/as entrevistados/as ainda em idade escolar, uma vez que esses/essas filhos/as poderiam vir a apresentar problemas numa idade mais avançada.

Diante disso, Golombok e Tasker (1996) buscaram, nos anos de 1991 e 1992, ou seja, mais de dez anos depois da pesquisa referida, os/as mesmos/as filhos/as que haviam participado do estudo citado acima, de 1983. Dessa forma, 25 jovens adultos/as criados/as em famílias lésbicas (8 homens e 17 mulheres) e 21 jovens adultos/as criados/as em famílias heterossexuais (12 homens e 9 mulheres) foram

entrevistados/as e, dessa vez, estavam com idade média de 23,5 anos. Esse número representou 62% dos/as filhos/as que participaram da pesquisa anterior.

Embora não tenha sido encontrada diferença significativa entre as proporções de adultos jovens de famílias lésbicas e heterossexuais que relataram sentimentos de atração por alguém do mesmo sexo, aqueles/as que cresceram em uma família lésbica eram mais propensos a considerar a possibilidade de vivenciar relacionamentos com pessoas do mesmo sexo, e a realmente fazê-lo. No entanto, a suposição de que crianças educadas por mães lésbicas se identificarão como lésbicas ou gays não foi confirmada pelo estudo, posto que a maioria das crianças que cresceram em famílias lésbicas identificaram-se como heterossexuais na idade adulta, e não houve diferença estatisticamente significativa entre jovens adultos de famílias de origem lésbica e heterossexual com relação à orientação sexual.

Em 1995, estudo de Flaks, Ficher, Masterpasqua, e Joseph comparou 15 casais de lésbicas com filhos/as gerados/as através de reprodução assistida e 15 casais heterossexuais com filhos/as biológicos/as. Ambos os grupos tinham filhos/as com idades de 3 até 10 anos e residiam, na sua maioria, na Pensilvânia, Estados Unidos. Uma variedade de medidas de avaliação<sup>6</sup> foi utilizada para considerar o funcionamento cognitivo e o ajuste comportamental das crianças, bem como a qualidade do relacionamento de pais e mães, assim como suas habilidades parentais. Os resultados revelaram que não houve diferenças significativas entre os dois grupos de crianças. Somente na questão da parentalidade os grupos diferiram: os casais de lésbicas apresentaram maior habilidade parental do que os casais heterossexuais, ou seja, mostraram ser superiores em suas habilidades de identificação de questões críticas, em situações que exigiam cuidados e na formulação apropriada de soluções adequadas desses problemas. Através

---

<sup>6</sup> *Child Behavior Checklist (CBCL), Teacher's Report Form (TRF), Spanier Dyadic Adjustment Scale (DAS), Parent Awareness Skills Survey (PASS), Wechsler Intelligence Scale for Children (WISC-R), Wechsler Preschool and Primary Scale of Intelligence (WPPSI-R).*

de uma análise mais aprofundada, entretanto, ficou evidenciado que as diferenças encontradas tinham mais relação com o gênero dos pais e mães do que com a orientação sexual. Tanto mães lésbicas quanto as heterossexuais demonstraram habilidades parentais superiores do que os pais heterossexuais.

Ainda no ano de 1995, Bailey, Bobrow, Wolfe, e Mikach realizaram estudo, nos Estados Unidos, em que 55 homens gays ou bissexuais foram entrevistados. Eles tinham um total de 82 filhos biológicos, com no mínimo 17 anos, dentre os quais 43 concordaram em participar do estudo através de preenchimento de questionário. Oitenta e nove por cento dos pais se identificaram como gays e mais de 90% de seus filhos adultos se consideravam heterossexuais. A orientação sexual dos filhos não esteve diretamente relacionada à quantidade de tempo que viveram com seus pais. Os autores concluíram não haver evidência disponível, com base empírica, para que haja impedimento da custódia da criança para pais gays e mães lésbicas, usando como justificativa os efeitos na orientação sexual dos filhos.

Os exemplos acima são uma amostra do que os estudos desenvolvidos com famílias homoparentais vinham apresentando. Nos resultados das pesquisas, não era possível encontrar distinções que fossem significativas no tocante aos/as filhos/as criados/as em lares lésbicos ou gays e aqueles/as criados/as em famílias heteroparentais.

Stacey e Biblarz (2001) analisaram as interpretações de vinte e um estudos psicológicos realizados nos anos 1981 e 1998. Tais estudos, os quais comparavam filhos/as criados/as em lares homo e heteroparentais, apontaram não haver diferenças significativas em relação aos estilos de parentalidade, ao ajuste emocional e à orientação sexual dos/as filhos/as, por exemplo. Entretanto, tal

afirmação é questionada por Stacey e Biblarz, uma vez que algumas especificidades apresentadas nas pesquisas analisadas, não eram levadas em conta, como, por exemplo, o fato de que filhas de lésbicas experimentaram mais relações homossexuais do que filhas de famílias heteroparentais, apesar de, na idade adulta, se identificarem como heterossexuais.

É difícil conceber uma teoria do desenvolvimento sexual credível que não esperasse que os/as filhos/as de pais e mães gays e lésbicas exibissem maior incidência de desejo homoerótico em comparação a filhos/as de pais e mães heterossexuais. A ressalva que Stacey e Biblarz (2001) fazem é a de que as interpretações dos referidos estudos estranhamente diriam respeito à única teoria do desenvolvimento da criança que não teria qualquer relação com os genes parentais, ambiente ou crenças, isto é, seria arbitrária. Tais interpretações seriam decorrentes do heterossexismo, o modelo hierárquico que impera<sup>7</sup>.

Os questionamentos levantados no artigo de Stacey e Biblarz (2001), no início dos anos 2000, foram vistos como um ponto de inflexão no campo, apontando na direção de que diferenças não implicariam em falhas e faltas (Golombok, 2015).

Muitos outros trabalhos (Vanfraussen, Ponjaert-Kristoffersen, & Brewaeys, 2002; Maccallum & Golombok, 2004; Bos, Van Balen, & Van Den Boom, 2004; Fulcher, Sutfin, & Patterson, 2008; Bos & Sandfort, 2010; Gartrell, Bos, & Goldberg, 2011) continuaram a ser desenvolvidos na busca por esclarecer diversos aspectos da vida de filhos e filhas criados/as por pais e mães gays e lésbicas e, muitos deles, com a perspectiva comparativa entre famílias homoparentais e heteroparentais. Seus resultados permaneceram sendo unânimes

---

<sup>7</sup> De acordo Moore e Stambolis-Ruhstorfer, 2013 (citado por Ducouso-Lacaze; Gratton, 2017) a crítica de Stacey e Biblarz (2001) de que negar que os/as filhos/as criados/as por gays e lésbicas possam ser ligeiramente diferentes seria uma maneira de se render à ideologia heterossexista, não seria pertinente nos dias de hoje, uma vez que numerosos estudos se inclinaram sobre questões como o impacto da invisibilidade sobre as relações de casais e relações pai/mãe e filhos/as, a natureza dos conflitos, a gestão do stress, a divisão das tarefas domésticas e parentais.

em apontar que não existem diferenças significativas entre os dois grupos.

Estudo realizado na Bélgica sobre o desenvolvimento psicossocial de crianças criadas em lares homoparentais apontou que avaliações do comportamento dessas crianças, feitas pelos próprios pais e professores mostraram não haver diferenças importantes entre aquelas criadas em famílias heteroparentais e em famílias homoparentais (Vanfraussen et al., 2002). Apenas numa investigação, o bem-estar emocional e comportamental dos/as alunos/as com mães lésbicas foi avaliado, por seus professores, de forma mais negativa, detectando mais problemas comportamentais e de atenção nessas crianças. Contudo, tal observação não era compartilhada nem pelas mães, nem pelos/as próprios/as filhos/as. Tais resultados não foram compatíveis com aqueles encontrados por Flaks et al. (1995) anos antes, conforme ressaltam Gato e Fontaine (2011)<sup>8</sup>. Flaks et al. (1995) também não observaram distinções significativas quanto ao funcionamento cognitivo dos dois grupos, assim como Vecho e Schneider (2005) em seu recenseamento de estudos sobre homoparentalidade. Tal recenseamento será especificado adiante.

Estudo de Maccallum e Golombok (2004) comparou 35 famílias de mães lésbicas, 38 famílias de mães heterossexuais solteiras e 38 famílias de pais e mães heterossexuais, no Reino Unido. A pesquisa mostrou que as crianças criadas por mães lésbicas as percebiam como mais disponíveis e dignas de confiança, discutiam com elas temáticas mais variadas de caráter emocional e mostravam mais interesse, investiam mais esforço e tinham resultados escolares melhores do que aquelas criadas por mães heterossexuais.

Bos et al. (2004) compararam 100 famílias de mães lésbicas com 100 mães famílias heterossexuais nos Países Baixos.

Questionários, diários de atividades entre outras formas de coleta de dados foram utilizadas. Poucas diferenças foram encontradas entre os dois grupos, e tiveram relação com objetivos na educação dos/as filhos/as. Ambos consideram importante que seus/suas filhos/as desenvolvam certos aspectos como, por exemplo, a independência. No entanto, mães lésbicas parecem menos preocupadas que seus/suas filhos/as possuam características vistas como importantes em nossa sociedade, como ambição ou autocontrole.

Fulcher, Sutfin, e Patterson (2008) desenvolveram estudo com 66 crianças em idade pré-escolar e 132 pais e mães, da costa leste dos Estados Unidos (33 famílias de mães lésbicas e 33 famílias de casais heterossexuais) e mostraram que: as preferências de meninos e meninas dos 4 aos 6 anos de idade por atividades tradicionalmente masculinas e femininas não variaram entre famílias de mães lésbicas e famílias de pais heterossexuais; e as mães lésbicas têm atitudes mais liberais do que pais e mães heterossexuais em relação ao comportamento de gênero das crianças. Mostraram, assim, que mães lésbicas não apresentavam preocupação quanto aos/às filhos/as corresponderem às normas de gênero, da mesma forma que Maccallum e Golombok, 2004 e Bos et al., 2004.

Independentemente do tipo de família, Fulcher et al. (2008) indicaram também que, se os pais tiverem atitudes mais liberais em relação ao comportamento relacionado ao gênero, suas/seus filhas/os terão, igualmente, atitudes mais flexíveis em relação a isso. Tal fato pode explicar o que o estudo apontou, isto é, que crianças de famílias lésbicas sentem menos pressão das mães para se adequarem aos estereótipos de gênero. Constataram ainda que jovens (homens e mulheres) educados por duas mães eram mais tolerantes em relação à não

---

<sup>8</sup> Jorge Gato e Anne Marie Fontaine (2011) fizeram uma revisão de estudos empíricos internacionais realizados com famílias homoparentais, de 1986 até 2010. Objetivaram a análise do efeito da orientação sexual e do gênero na parentalidade.

conformidade aos papéis de gênero tradicionais.

Os/as referidos/as autores/as demonstraram também que as mães homossexuais ou heterossexuais, biológicas ou não, de maneira geral, consagram mais tempo à família e aos/as filhos/as do que pais heterossexuais, passando menos tempo no trabalho, por exemplo.

Em 2010, estudo de Bos e Sandfort comparou 63 crianças criadas em famílias de mães lésbicas com 68 criadas em famílias com pais e mães heterossexuais, todas com idades entre 8 e 12 anos, nos Países Baixos. Os resultados mostraram que crianças em famílias lésbicas são mais propensas a questionar o futuro envolvimento romântico heterossexual, e que sentem menos pressão das mães para se adequarem aos estereótipos de gênero do que crianças de famílias heterossexuais. Tais dados podem ter relação com o fato de elas terem crescido em um ambiente familiar mais tolerante em relação aos relacionamentos homoeróticos.

Em 2011, Gartrell, Bos e Goldberg avaliaram as respostas de 78 adolescentes (39 meninas e 39 meninos) relacionadas à orientação sexual: 18,9% das adolescentes e 2,7% dos adolescentes se autoavaliaram no espectro bissexual e 0% das meninas e 5,4% dos meninos se classificaram como exclusivamente homossexual. As autoras apontam que a autoidentificação das meninas está de acordo com Stacey e Biblarz (2001) e Biblarz e Stacey (2010) sobre filhas de pais e mães gays e lésbicas serem mais abertos/as a exploração homoerótica. Gartrell et al. (2011) sugerem que as filhas de mães lésbicas são mais propensas a se envolverem com pessoas do mesmo sexo e se identificarem como bissexuais. Talvez esse tipo de ambiente familiar tornasse mais confortável para meninas adolescentes com atração pelo mesmo sexo explorar relações íntimas com seus pares (Stacey & Biblarz, 2001).

Vecho e Schneider (2005) arrolaram e analisaram 311 estudos sobre

homoparentalidade publicados de 1972 até o ano de 2003, apresentando um levantamento de trinta anos de publicações sobre o assunto. Trinta e cinco deles diziam respeito ao desenvolvimento psicológico de 1000 a 1500 crianças criadas em famílias homoparentais. Dentre os estudos anteriores ao ano de 1990, dez tiveram suas origens nos Estados Unidos, um na Dinamarca e um no Reino Unido. Após 1990, outros nove estudos foram realizados nos Estados Unidos, enquanto um no Canadá, cinco na Bélgica, um na França, seis no Reino Unido e um nos Países Baixos. Quase a totalidade dos estudos publicados, 90%, foi realizada com filhos/as de mães lésbicas. As pesquisas selecionadas por Vecho e Schneider pretendiam, principalmente, como já mostrado, fornecer respostas a preocupações quanto ao desenvolvimento psicossocial das crianças, ao relacionamento com o contexto social, como a possibilidade de discriminação, e ao desenvolvimento psicossocial.

Os referidos autores mostram que antes de 1990, 67% das pesquisas abordavam adultos e adolescentes e 50% delas eram voltadas para crianças. Tal diferença estaria provavelmente relacionada à predominância de temas centrados na orientação sexual, o qual é dificilmente abordado nas crianças. Depois de 1990, houve uma reversão da situação e as crianças se tornaram alvo privilegiado das pesquisas (95% delas).

Os resultados do trabalho de levantamento de Vecho e Schneider (2005) apontaram que esses/essas filhos/as não se encontram em situação de maior vulnerabilidade do que aqueles/as criados/as em lares heteroparentais. Os autores assinalam, ainda, um campo de pesquisa limitado pelo contexto controverso e militante que acompanhou o surgimento desses trabalhos, e que novas pesquisas merecem ser conduzidas com uma abordagem que não seja simplesmente a de comparar a variável “orientação sexual dos pais” com as características de desenvolvimento das crianças.

Os estudos destacados até então, em sua maioria comparativos, foram e são de grande importância. Desenvolvidos em países da Europa e nos Estados Unidos, cumpriram papel relevante como auxiliares na luta para aquisição de direitos por parte de gays e lésbicas, com desdobramentos importantíssimos nas vidas dos/as filhos/as.

Estudos brasileiros e franceses se desenvolveram de forma mais expressiva a partir dos anos 2000 e não apresentam um viés comparativo entre tipos de configurações familiares, como pesquisas indicadas anteriormente e são, em sua grande maioria, estudos qualitativos. Dentre estes, serão ressaltados alguns dos brasileiros que abordaram diversos aspectos da homoparentalidade: Tarnovski (2002) pesquisou a paternidade homossexual no Brasil contemporâneo; Santos (2004) abordou a parentalidade em famílias homossexuais com filhos/as; Medeiros (2004) estudou mulheres que se assumiram lésbicas depois de serem mães e, em 2006, realizou ensaio etnográfico sobre a homoparentalidade na periferia de São Paulo; Uziel (2007) colocou em análise os discursos jurídicos e os processos de pedidos de adoção por homossexuais; Farias e Maia (2009) abordaram a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica; Zauli (2011) desenvolveu sua tese de doutorado tratando das realidades de famílias homoafetivas no Brasil e no Canadá. Pontes (2011) finalizou a dissertação de mestrado sobre casais de mulheres com filhos/as; Corrêa (2012) e Silva (2013) desenvolveram pesquisa com lésbicas; De Garay Hernández (2013) realizou estudo com filhas de lésbicas; Sátiro e Barrio (2016) pesquisou sobre crianças e seus pais não heterossexuais; Machin (2016) pesquisou sobre homoparentalidade e adoção; Blankenheim, Oliveira-Menegotto e Silva (2018), realizaram nas bases de dados do Scielo e do Google

Acadêmico, pesquisa sobre a temática da homoparentalidade no Brasil; Pontes (2019) pesquisou filhos/as de mães lésbicas, jovens e adultos/as, no Brasil e na França.

Em relação à França, Au-delà du PaCS (2001), organizado por Daniel Borrillo e Eric Fassin, publicado inicialmente em 1999, foi um importante e pioneira contribuição para a discussão política sobre a homossexualidade e a família. Em 2000, o médico Stéphane Nadaud escreveu o primeiro estudo francês sobre o comportamento psicológico de crianças de famílias homoparentais. Virginie Descoutures (2010) publicou o livro *Les Mères Lesbiennes* em que descreve o cotidiano de quarenta e oito mulheres com seus/suas filhos/as. Virginie Rozée (2012) em artigo publicado objetivou compreender como foi tomada a decisão de ter um/a filho/a no contexto homoparental francês, como foram avaliadas as diferentes opções para a construção de uma família e, principalmente, porque a reprodução assistida é encarada por alguns/algumas como a melhor das soluções. Foram realizadas 23 entrevistas semi-diretivas com: 5 homens, 12 mulheres, 5 casais de mulheres e 1 casal de homem. A antropóloga Anne Cadoret (2002/2014) publicou a nova edição de seu livro *Des Parents comme les autres: Homosexualité et Parenté*, no qual reflete sobre questões relacionadas à Procriação Medicamente Assistida (PMA) e à *Gestation pour autrui* (GPA)<sup>9</sup>. Alice Olivier (2015) publicou o artigo sobre filhos/as de duas mães baseado em sua pesquisa de mestrado sobre como pré-adolescentes e adolescentes lidam como o fato de fazerem parte de famílias homoparentais<sup>10</sup>. Darius e Déchaux (2016) questionam se a homoparentalidade feminina transforma o sistema de parentesco das sociedades euro-americanas e, se positivo, de quais maneiras e em qual amplitude. Com o foco nas famílias homoparentais femininas, na França, e observando os acessos à maternidade,

---

<sup>9</sup> Conhecida no Brasil como gestação de substituição, ou mais popularmente, como barriga de aluguel.

<sup>10</sup> Sobre o tema ver também: Emmanuel Gratton que publicou estudo sobre homens gays que desejam se tornar pais; e Michael Stambolis-Ruhstorfer que concluiu sua pesquisa “*S’intégrer, s’isoler ou se solidariser?: Une étude comparative de la notion de ‘communauté’ chez les homosexuel(le)s en France et aux Etats-Unis*”, assim como sua tese de doutorado, em 2015, intitulada *La culture du savoir: la construction de « l’expertise » dans les débats politiques sur le mariage et la filiation pour les couples de même sexe en France et aux États-Unis*.

as famílias apresentadas pelos autores são formadas por casais de mulheres cujos/as filhos/as (idades de 3 meses até 10 anos) nasceram de um desejo do casal e com auxílio da reprodução assistida. Os autores descrevem sete casais de mulheres, cada família com um/a filho/a, à exceção de uma delas, com dois filhos/as. Foram realizadas 21 entrevistas, inicialmente com o casal e, posteriormente, com as mães, individualmente.

Diferente das pesquisas mencionadas acima, a pesquisa nacional francesa DEVHOM (homoparentalidade, funcionamento familiar, desenvolvimento e socialização das crianças)<sup>11</sup> é a primeira do tipo realizada no país e ainda se encontra em andamento. Trata-se de uma pesquisa nacional com 18.000 crianças nascidas em 2011 composta de aspectos quantitativos e qualitativos, combinando abordagens sócio-antropológicas e clínicas, investigando crianças e pais. Ela interroga sobre as crianças criadas em famílias homoparentais em comparação àquelas em famílias ditas tradicionais (Ducouso-Lacaze & Gratton, 2017).

Quando do início dos estudos sobre famílias de mães lésbicas, os três principais argumentos levantados tanto por parte da sociedade quanto por experts, tinham relação com a afirmação de que essas mães seriam menos acolhedoras do que as mães heterossexuais, ou seja, menos aptas e, conseqüentemente, seus/suas filhos/as teriam problemas psicológicos; com o fato de que era esperado que essas crianças fossem rejeitadas por seus/suas colegas, o que também levaria a desordens psicológicas; e com a crença de que mostrariam um desenvolvimento atípico do gênero, meninos sendo menos masculinos e meninas, menos femininas em relação aos/às filhos/as criados/as em lares heteroparentais. Como desdobramento disso, acreditava-se que se identificariam como gays e lésbicas, o que era visto como altamente indesejável pelos tribunais de justiça (Golombok, 2015).

Perspectivas psicológicas, sociais, psicanalíticas, cognitivas e biológicas foram acionadas para justificar tais argumentos. Estariam tais crianças comprometidas? E, vale acrescentar, comprometidas em relação a quê?

A experiência sexual das filhas de mães lésbicas apareceu, desde as primeiras pesquisas realizadas, como mais diversificada, ainda que se identificassem como heterossexuais (Golombok & Tasker, 1996). As filhas nas famílias de mães lésbicas estariam sendo criadas a partir de outros referenciais de gênero e sexualidade em que a linearidade sexo, gênero e orientação sexual não precisaria ser seguida, mesmo que inseridos numa sociedade heteronormativa? Seria essa uma especificidade de famílias homoparentais? Contudo, quando da divulgação do resultado das pesquisas realizadas, a ênfase era posta na identificação heterossexual apresentada pela maioria, ressaltando que mães lésbicas não influenciariam na sexualidade de suas filhas.

Não existiriam, de fato, diferenças significativas em relação a certos aspectos relevantes, como a maneira de vivenciar a sexualidade? De acordo com Stacey e Biblarz (2001), certas especificidades presentes em estudos com filhos e filhas de mães lésbicas não foram salientadas. O que dizer das especificidades que as famílias homoparentais podem nos apresentar, em particular no que tange à repercussão da orientação homossexual dos/as pais/mães, no desenvolvimento dos/as filhos/as? De que formas a fixação no padrão vigente exige que se apresentem como semelhantes, sob pena de taxarem as famílias homoparentais de desajustadas, desviantes e inferiores?

Cabe lembrar que um dos argumentos, por parte daqueles que se opõem à família homoparental, tem relação com a possibilidade de gays e lésbicas gerarem mais gays e lésbicas. Seria, então, politicamente importante que os estudos ressaltassem somente uma parte de seus resultados? A contextualização histórica é relevante para pensarmos sobre isso. Parece ter

---

<sup>11</sup> Para maiores detalhes sobre a pesquisa, consultar *homoparent.hypotheses.org*.

sido vital, na época em que os estudos se iniciaram, que se mostrasse que filhos/as de lésbicas eram crianças como as outras, filhos/as como os/as outros/as, as mães eram como as outras e que famílias de mães lésbicas eram famílias como as outras. E hoje em dia? As especificidades (se é que elas existem) das famílias e, em especial das homoparentais, podem aparecer?

Segundo Pichardo Gálan (2009, p. 143, tradução nossa) “a heteronormatividade, inerente ao sistema de parentesco, foi o impeditivo, até pouco tempo atrás, para que homossexuais pensassem em termos de casamento ou família. Entretanto, essa será a transformação mais relevante que os gays e as lésbicas teriam trazido para as concepções do parentesco”<sup>12</sup>. Atualmente, homossexualidade e maternidade não se contrapõem. Há anos, as expressões “mãe lésbica” ou “família homoparental” eram figuras de oxímoro (Gross, 2013; Fassin, 2015), e, hoje, não há nada de paradoxal nelas. Não é preciso, na contemporaneidade, escolher entre maternidade e sexualidade. Mas, para ser mãe e lésbica há necessidade de reprodução de uma forma de maternidade?

De acordo com Imaz (2015), as maternidades lésbicas incorporam novas formas de compreensão da instituição familiar e das figuras parentais, recriando vínculos e possibilitando a promoção de mudanças normativas. A autora questiona alternativas possíveis para a construção de maternidades, distintas daquelas produzidas na hegemonia da família nuclear (considerada como aquela composta por pai, mãe e filhos/as), interrogando como tais mulheres estão transformando o modelo herdado de maternidade. Trata-se de se questionar de que forma o exercício da maternidade pode estar produzindo, na atualidade, novas formas familiares, modelos emergentes que

correspondam, por sua vez, a novas formas de ser mãe. Ademais, é preciso compreender a maternidade lésbica e a homoparentalidade em articulação às leis que (não) as limitam e ao valor dado ao biológico através dos avanços tecnológicos. Concepções do que é ou não maternidade são questões centrais dos estudos da família que renascem na atualidade, no contexto das novas situações sociais.

Darius e Déchaux (2016), em trabalho já mencionado, apresentam sete famílias formadas por casais de mulheres cujos/as filhos/as nasceram de um desejo conjunto do casal (cinco entre eles realizaram a PMA e os dois outros a inseminação artesanal<sup>13</sup>). Ou seja, são maternidades que não contemplam as famílias recompostas, mas, sim, aquelas maternidades que se realizam no contexto de um projeto em conjunto.

Sendo o projeto de ter filhos/as parte integrante dos parâmetros de construção conjugal, seja de casais homossexuais ou de heterossexuais (Descoutures, 2010), o projeto parental entre famílias homoparentais francesas apresentaria uma forte dimensão conjugal, aparecendo como o resultado do amadurecimento de reflexões da vida em comum do casal. Certamente, na construção desse projeto, especificidades das famílias de lésbicas emergem, como, por exemplo, a decisão de quem vai gerar a criança, sendo essa decisão o resultado de uma escolha no casal, e não um dado evidente (Darius & Déchaux, 2016). Dos casais descritos pelos autores, cinco dentre os sete são casados, um deles recorreu ao PaCS e o outro considera o casamento como possibilidade. Todos viviam em coabitação antes de decidirem ter filhos/as. O casamento permitiria ao casal de mulheres, por exemplo, acesso à proteção de seus direitos em relação a um genitor, caso houvesse, e também aquisição dos direitos por parte da mãe social em relação às crianças.

---

<sup>12</sup> O texto original é: “*esta heteronormatividad intrínseca del sistema de parentesco es lo que ha impedido hasta hace poco que las personas homosexuales piensen sus relaciones en términos de familia y matrimonio. Al mismo tiempo, ésta será la principal transformación que gays y lesbianas aportarán a las concepciones del parentesco*”.

<sup>13</sup> Um procedimento que ocorre sem intervenção médica e que consiste em injetar esperma fresco com a ajuda de uma seringa no fundo da vagina no momento da ovulação.

A ênfase nas semelhanças que possuem com as famílias heteroparentais é uma importante estratégia de normalização utilizada pelas famílias homoparentais femininas, posto que evidencia atributos positivos associados à identidade materna e obscurece aqueles aspectos da identidade relativos à homossexualidade das mães (Hequembourg, 2004). Observa-se também a criação de estratégias normativas, por meio de rituais de integração no parentesco, como nos exemplos citados por Descoutures (2010) – convites, presentes, festas de aniversário e comemorações de final de ano, etc. –, assim como a rejeição da coparentalidade por casais de mulheres, evitando a presença de terceiros na criação dos/as filhos/as (Rozée, 2012; Pontes, 2011).

Outras características, encontradas em Pontes (2011)<sup>14</sup> dizem respeito ao desejo por filhos/as biológicos/as ao invés de adotados/as, crianças com características físicas semelhantes à mãe ou ao casal, e por filhos/as que fossem do mesmo doador de sêmen, no caso de terem dois/duas ou mais. Algumas das narrativas realizadas por mães entrevistadas diziam o seguinte: “Eu tinha certeza que eu não queria adotar, por uma questão mesmo de querer ter o meu filho”; “Fui, encomendei o sêmen, recebi uma tabelinha com as características físicas, escolhemos um doador com as nossas características, que são mais ou menos as mesmas”; “Vão ser irmãos de pai e mãe, geneticamente falando. Com essa facilidade, vamos lá”. Para que os laços afetivos entre a companheira da mãe biológica e a criança fossem regularizados, algumas

dessas entrevistadas ajuizaram ação de adoção unilateral, ou seja, obtiveram pareceres positivos dos juízes julgadores dos casos e adotaram o/a filho/a biológico/a de suas companheiras<sup>15</sup>. Mesmo que o referencial para tal concessão tenha sido a matriz heterossexual, seus/suas filhos/as obtiveram a dupla maternidade, o que aponta para um deslocamento das normas.

Entre a acomodação e a invenção, as famílias homoparentais femininas não perturbariam as quatro principais bases do modelo de parentesco euro-americano, ligadas à bilateralidade: o projeto parental toma uma forte dimensão conjugal (no caso, duas mães, sem a presença de um pai); prefere-se o doador de esperma à coparentalidade; o casamento é utilizado como uma estratégia de proteção do casal parental; as escolhas dos nomes dos/as filhos/as buscam fazer existir o casal como uma entidade parental completa. Concomitantemente, a dimensão criativa está presente nas formas como as famílias revisitam os padrões estabelecidos, como, por exemplo, a instituição do casamento, a utilização do nome de família, a valorização do biologismo entre outras/os, reinterpretando-os mais do que os recusando (Pontes, 2011; Darius & Déchaux, 2016)<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Pontes (2011) entrevistou nove mulheres lésbicas, com idades entre 33 e 45 anos, residentes no estado do Rio de Janeiro e que tiveram filhos/as planejados/as conjuntamente. A maioria delas possuía forte desejo por filhos/as biológicos/as, planejados/as com suas companheiras e sem a participação de terceiros, como expresso no relato de uma das participantes e que resume o pensamento das demais: “Resolvemos que ia ser por inseminação, que nós não queríamos mais ninguém envolvido na história, que ia ser o casal e a criança”.

<sup>15</sup> Vale ressaltar que no ano de 2010, período em que as entrevistas foram realizadas, a única maneira de legalizar a situação entre uma criança nascida por reprodução assistida e a mãe que não a gerou era através da adoção unilateral. Após a resolução n.63, do Conselho Nacional de Justiça, de 2017, que dispõe sobre a parentalidade sócio-afetiva, fica estipulada a dupla maternidade ou paternidade dos/as filhos/as nascidos/as por reprodução assistida, independentemente de prévia autorização judicial (Brasil, 2017).

<sup>16</sup> Importante ressaltar que houve um recorte de classe tanto na pesquisa de Pontes (2011), realizada no Brasil, quanto na de Darius e Déchaux (2016), realizada na França. A realização da Procriação Medicamente Assistida (PMA) por lésbicas brasileiras, assim como francesas, requer um investimento financeiro alto. Assim, os apontamentos apresentados não devem ser generalizados para o universo das famílias homoparentais brasileiras e francesas.

O próprio crescimento<sup>17</sup> do número de lésbicas que recorrem às tecnologias reprodutivas poderia ser pensado como uma busca por um modelo familiar idealizado, o qual privilegia a parentalidade biológica? Assim, apesar de essas técnicas estarem, por um lado, revolucionando as normas de procriação, estariam, também, sendo utilizadas para a aproximação a um modelo tradicional de reprodução? E mais, como o parentesco genético tem o peso do verdadeiro vínculo nas culturas ocidentais, observa-se, nas mulheres que recorrem a sêmen de doadores, o anseio por semelhanças físicas com elas próprias e/ou com suas companheiras. Segundo Alfano (2009, p. 11), apesar das “possibilidades de subversão das normas procriativas, a reprodução assistida tem sido mais frequentemente destinada à reiteração do modelo tradicional de reprodução biológica e social”.

Outro aspecto interessante dessa questão diz respeito ao que é concebido como “natural”. Ou seja, a procriação em casais de mulheres, com auxílio do sêmen de doador, pode ser encarada como “natural”, uma vez que a preferência foi pela gestação e não pela adoção (Luna, 2005). Além disso, a percepção é a de que a escolha do uso de técnicas reprodutivas está a serviço da realização de um desejo que é também “natural”: o de ser mãe. A concepção do que é “natural”, nesses casos, está fundamentada no desejo pela maternidade e na gestação, ainda que com auxílio das tecnologias reprodutivas.

A normalização das famílias homoparentais através da reprodução de certos comportamentos, de seus/suas filhos/as, e/ou através de uma certa maneira de concretizar a maternidade são imprescindíveis para que sejam aceitas e respeitadas? É fundamental que as famílias homoparentais femininas reproduzam modelo já existente?

Problematizar a normalização das famílias homoparentais, aos olhos das linhas abstratas do desejo (Rolnik, 2014), pode nos trazer interessantes reflexões. O casamento, o projeto parental e os/as filhos/as biológicos/as desejados/as pelas famílias homoparentais as aproximariam da heteroparentalidade, considerada um território seguro, visto que, nele, os direitos parentais e filiais estariam garantidos por lei, a sociedade reconheceria seus membros e não haveria questionamentos sobre sua legitimidade. Sendo a heteroparentalidade esse território crível, a aproximação ao modelo hegemônico traria familiaridade? Segundo Rolnik (2014, p. 50), “[é] quando um território ‘pega’, ganha credibilidade, ‘faz sentido’, o que em termos subjetivos se traduz com sensação de familiaridade; e dá alívio”. Afinal, precisa-se dos territórios para se respirar, nos quais haja reconhecimento, segurança e ausência de precariedade<sup>18</sup>. Precariedade aqui entendida como “[...]uma condição induzida em que uma série de pessoas ficam expostas ao insulto, à violência e à exclusão, com risco de ser desprovida de sua condição de sujeitos reconhecidos” (Butler, 2009, p. 321, tradução nossa).

Diferentes grupos adotam distintas estratégias, gerando diferentes destinos e, de acordo com Rolnik (2014), criando mundo. Contudo, muitas vezes, devido à necessidade de chão firme, as subjetividades

grudaram em suas máscaras formadas no território familiar [e passam a ser feitas] dessa aderência: de encantamento de territórios vividos como únicos e absolutos, mesmo que totalmente obsoletos; “mapa” a que atribuem valor de verdade – no caso, pelo peso de sua tradição. Mas o que à primeira vista parece responsabilidade e respeito à tradição nada mais é do

---

<sup>17</sup> Entre 2012 e 2016, mais de 4.600 lésbicas francesas buscaram clínicas espanholas para realização da PMA, uma vez que tal prática só é permitida para casais heterossexuais na França. Esse número representa um quarto da clientela estrangeira (Lepoivre, 2018).

<sup>18</sup> O texto original é: “[...] Como una condición inducida en la que una serie de personas quedan expuestas al insulto, la violencia y la exclusión, con riesgo a ser desprovistas de su condición de sujetos reconocidos”.

que a dissimulação de uma vontade narcísica de garantia de reconhecimento, estabilidade e infinitude [...]. (Rolnik, 2014, p. 118).

Esse movimento simultâneo e constante de territorialização e desterritorialização, encontrado na formação do desejo no campo social, vai se dar, de acordo com Rolnik (2014), através do exercício de linhas emaranhadas que dizem respeito às linhas abstratas que o desejo traça. Assim, “podemos estar numa linha – territorializados, por exemplo – e, de repente, perdê-la: sem perceber, já estamos em outra, totalmente desterritorializados” (Rolnik, 2014, p. 52). As possibilidades ofertadas tanto pela legislação quanto pela tecnologia hibridizam as experiências formando novos e efêmeros territórios que muitas vezes, inclusive, se cristalizam na invenção. Não há como separar o que é e não é reprodução, o que é ou não é ousadia, transgressão.

Se, num determinado momento social e histórico as lésbicas lutaram por visibilidade, o que se observou a partir dos anos 1990, foi mais uma luta, segundo Fassin (2015), para que fossem integradas à norma, do que uma inovação. A normalização, ainda segundo o autor, nos seus vários sentidos, mostra-nos que aquelas famílias escolhidas, descritas por Weston em seu estudo realizado nos anos 1980, não são mais encontradas, pois cederam lugar, alguns anos depois, às famílias formadas por maternidades lésbicas e paternidades gays, na maioria das vezes na forma de um casal parental. bell hooks (1984), inclusive, vai assinalar que os próprios gays e lésbicas não teriam dado continuidade à parentalidade coletiva, um aspecto da transformação que se iniciou nas suas próprias famílias.

Assim, se o estudo de Weston abordou famílias alternativas, a antropóloga Ellen Lewin, em trabalho publicado pouco mais de uma década depois, apontou para a pouca diferença que famílias de lésbicas mostravam

em relação às famílias heteroparentais. Isso sinaliza as modificações sociais e políticas em marcha. Fassin (2015) aponta, se referindo ao trabalho de Lewin o quanto as mulheres, independentemente da orientação sexual, estariam envolvidas numa cultura da maternidade, submetidas a normas que regem a correta maternidade e preocupadas em ser suficientemente boas.

Segundo Fassin, é importante levarmos em conta o contexto político no qual estão inseridos diferentes pontos de vista para compreendermos melhor seu significado:

A ação política é menos a expressão atemporal de princípios abstratos do que a intervenção, na prática, dentro de uma história [...] a política de normas familiares não é um dado atemporal cuja lógica se desdobraria na história; ela mesma é atravessada pela história”<sup>19</sup> (Fassin, 1999, p. 177, tradução nossa).

Didier Eribon (2008, p. 155) faz um interessante deslocamento ao tratar a subversão como “parcial e localizada”:

é preciso perguntar-se sobre que ponto opera uma “subversão” e o que ela desestabiliza. E procurar saber aquilo que, em cada situação, é o mais “subversivo”. Assim, fica absolutamente claro que, em certos casos, a aspiração ao “conformismo” é mais desestabilizadora e pode revelar-se bem mais subversiva do que todas as proclamações revolucionárias. [...] A “subversão” está doravante concedida aos gays e às lésbicas, contanto que não saiam dela. O que tenderia a mostrar que o que é subversivo hoje é recusar esse papel atribuído e esperado socialmente.

---

<sup>19</sup> O texto original é: « *L'action politique est moins l'expression intemporelle de principes abstraits que l'intervention, en pratique, dans une histoire [...] La politique des normes familiales n'est pas une donee intemporelle dont la logique se déploierait dans l'histoire ; elle est elle-meme traversee par l'histoire* ».

### **Considerações finais**

Os estudos realizados com filhos e filhas de mães lésbicas ressaltam não haver diferenças significativas entre eles/elas e aqueles/as criados/as por pais e mães heterossexuais, conforme exposto ao longo do presente trabalho. Apontando assim, grandes semelhanças. Se, por um lado, o argumento de que famílias homoparentais são como as heteroparentais permite a extinção das diferenças entre elas, por outro, reforçam a ideia da família heteroparental como referência, intensificando a heteronormatividade. De forma semelhante, os estudos com mães lésbicas apontam para um desejo materno de normalização, mas não somente. Evidenciam também as maternidades plurais.

Após anos de estudos desenvolvidos, de lutas dos movimentos sociais, de busca por reconhecimento e igualdade, que resultaram em conquistas de direitos por parte da população LGBT, a afirmação de que não existem diferenças significativas entre famílias homoparentais e heteroparentais imperou. Quando pesquisadores minimizam diferenças, no caso dos/as filhos/as criados/as por mães lésbicas, perdem a oportunidade única de explorar os efeitos de gênero, identidade sexual, ideologia e comportamento na investigação de como as diferenças da orientação sexual adulta podem levar a distinções na forma como as crianças se desenvolvem. Estas se produzem nos encontros entre as pessoas, nos olhares que recebem, no contato entre mães e filhos/as, nas formas com que elaboram e vivenciam seu cotidiano marcado pelo heterocentrismo.

Pode ser perigoso, politicamente, que diferenças existentes sejam ressaltadas. Apontar que famílias homoparentais criariam seus/suas filhos/as de forma menos rígida, no que diz respeito às normas de gênero e sexualidade, pode ser interpretado de forma enviesada e impedir que direitos sejam adquiridos, ou mesmo que possam vir a ser

subtraídos. A isto se soma o fato de que a aquisição de certos direitos se baseou na premissa de que famílias homoparentais são famílias como as outras, e que não há prejuízo para aquelas crianças criadas por pais e mães homossexuais.

Será que nos dias de hoje, aproximadamente quarenta anos após os primeiros estudos sobre homoparentalidade, diferenças e singularidades ainda serão vistas como inferioridades? A heteroparentalidade ainda será considerada como única e ideal, e o que se distanciar disso, como prejudicial às crianças?

Mais do que pensar somente em termos de reprodução ou inovação de um tipo de família dita tradicional, pode-se pensar em produção. A figura de uma espiral pode ser a representação de um movimento que é necessariamente capturado pela norma e, mesmo quando parece haver um escape maior, a norma apresenta-se de novo, manifestando-se com outra roupagem. Haveria, então, um deslocamento das normas? Famílias homoparentais tentando ser família como as outras, numa relação de cumprimento às normas dominantes? População dominada, na busca por reconhecimento, tentando ser como aqueles que a dominam, num movimento de deslocamento das normas?<sup>20</sup>

Os movimentos de territorialização e de desterritorialização, concomitantes e permanentes, vão ocorrer não somente de acordo com demandas pessoais dos componentes dessas famílias, mas também sociais, de acordo com o momento histórico, desenvolvimentos tecnológicos, regulamentações de direitos, etc. Assim, gays e lésbicas, em diferentes momentos sociais, políticos e históricos reivindicaram respeito pela alteridade e, em outros momentos reivindicaram integração às normas vigentes. Esses são os vários sentidos da normalização. Do contrário, estariam os gays e as lésbicas fixados na posição de eternos revolucionários.

---

<sup>20</sup> Colocações propostas por Virginie Descoutures em conversa realizada em Paris, em 2018.

O presente texto certamente não esgota o vasto campo de estudos do qual se trata a homoparentalidade, no caso mais específico a feminina. Contudo, espera-se que os questionamentos expostos contribuam para a problematização do modelo familiar único a ser seguido, e estimule a produção de pesquisas sobre a temática, inclusive apontando em suas discussões os atravessamentos de raça e classe os quais não foram abordados na presente revisão. Espera-se também que auxilie profissionais da Psicologia e das áreas que lidam direta ou indiretamente com os/as considerados/as minorias e, por isso,

tratados/as de forma discriminatória e desrespeitosa.

Ainda que haja muito a se conquistar, especificamente no momento político brasileiro, em que a onda conservadora ganha força, talvez possamos explorar as nuances e olhar as particularidades de um tipo de família que é, mas não é como as outras e, assim, apontar as singularidades de certas configurações familiares que podem sugerir diferenças, as quais obviamente não significam insuficiências.

## Referências

- Alfano, B. (2009). *Reprodução e biopolítica: infertilidades e práticas de saúde em um serviço público no Rio de Janeiro* (Dissertação de mestrado). Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Bailey, J., Bobrow, D., Wolfe, M., & Mikach, S. (1995). Sexual orientation of adult sons of gay fathers. *Developmental Psychology*, 31(1), 124-129. doi: [10.1037/0012-1649.31.1.124](https://doi.org/10.1037/0012-1649.31.1.124)
- Biblarz, T., & Stacey, J. (2010). How Does the Gender of Parents Matter?. *Journal of Marriage and Family*, 72, 3-22. doi: [10.1111/j.1741-3737.2009.00678.x](https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2009.00678.x)
- Blankenheim, T., Oliveira-M, L., & Silva, D. (2018) Homoparentalidade: um diálogo com a produção acadêmica no Brasil. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), 243-249. doi: [10.22409/1984-0292/v30i2/5560](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5560)
- Borrillo, D., & Fassin, E. (2001). *Au-delà du PaCS: L'expertise familiale à l'épreuve de l'homosexualité*. Paris: PUF.
- Bos, H., Van Balen, F., & Van Den Boom, D. (2004). Experience of parenthood, couple relationship, social support, and child-rearing goals in planned lesbian mother families. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 45(4), 755-764. doi: [10.1111/j.1469-7610.2004.00269.x](https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2004.00269.x)
- Bos, H., & Sandfort, T. (2010). Children's Gender Identity in Lesbian and Heterosexual Two-Parent Families. *Sex Roles*, 62(1-2), 114-126. doi: [10.1007/s11199-009-9704-7](https://doi.org/10.1007/s11199-009-9704-7)
- Brasil. (2017). *Conselho Nacional de Justiça, nº 63, de 14 de novembro de 2017*. Dispõe sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. Recuperado de <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/SantaCruz/pt-br/file/cnj%20-%20provimento%2063%20-%20modelos%20de%20certid%C3%B5es%20-%20reconhecimento%20volunt%C3%A1rio%20reprodu%C3%A7%C3%A3o%20assistida%20-%202014%20nov%202017.pdf>
- Butler, J. (2009). Performatividad, precariedad y políticas sexuales. *Revista de Antropología Iberoamericana*, 4(3), 321-336. Recuperado de <https://www.aibr.org/antropologia/04v03/críticos/040301b.pdf>
- Cadoret, A. (2002/2014). *Des parents comme les autres*. Paris: Odile Jacob.
- Corrêa, M. E. C. (2012). *Duas mães? Mulheres lésbicas e maternidade* (Tese de doutorado). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Darius, M., & Déchaux, J. (2016). Les deux mères. Familles homoparentales féminines en France. *Journal des anthropologues*, (144-145), 123-146. Recuperado de <https://journals.openedition.org/jda/6388#authors>

- De Garay Hernandez, J. (2013). *Filhas de famílias homoparentais: processos, confrontos e pluralidades* (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Deleuze, G., & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. São Paulo: Escuta.
- Descoutures, V. (2010). *Les mères lesbiennes*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Dias, M. B. (2009) *União homoafetiva: o preconceito & a justiça*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- Ducouso-Lacaze, A., & Gratton, E. (2017). Editorial. *Dialogue ERES*, (215), 7-19.
- Dunne, G. (2000). Opting into motherhood: Lesbians Blurring the Boundaries and Transforming the Meaning of Parenthood and Kinship. *Gender & Society*, 14(1), 11-35. Recuperado de <http://www.jstor.org/stable/190420>
- Eribon, D. (2008). *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Farias, M., & Maia, A. (2009). *Adoção por homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica*. Curitiba: Juruá.
- Fassin, E. (1999). Le mariage des homosexuels: Politique comparée des normes franco-américaines. *French Politics, Culture & Society*, 17(3/4), 165-179. Recuperado de <http://www.jstor.org/stable/42843087>
- Fassin, E. (2015). L'homosexualité dans la famille. Ce que nous apprennent les recherches états-uniennes. *Revue Mouvements*, 82(2), 81-89. doi: [10.3917/mouv.082.0081](https://doi.org/10.3917/mouv.082.0081)
- Flaks, D., Ficher, I., Masterpasqua, F., & Joseph, G. (1995). Lesbians Choosing Motherhood: A Comparative Study of Lesbian and Heterosexual Parents and Their Children. *Developmental Psychology*, 31(1), 105-114. doi: [10.1037/0012-1649.31.1.105](https://doi.org/10.1037/0012-1649.31.1.105)
- Fulcher, M., Sutfin, E., & Patterson, C. (2008). Individual Differences in Gender Development: Associations with Parental Sexual Orientation, Attitudes, and Division of Labor. *Sex Roles*, 58(5/6), 330-341. doi: [10.1007/s11199-007-9348-4](https://doi.org/10.1007/s11199-007-9348-4)
- Gartrell, N., Boss, H., & Goldberg, N. (2011). Adolescents of the U.S. National Longitudinal Lesbian Family Study: Sexual Orientation, Sexual Behavior, and Sexual Risk Exposure. *Archives of Sexual Behavior*, 40, 1199-1209. doi: [10.1007/s10508-010-9692-2](https://doi.org/10.1007/s10508-010-9692-2)
- Gato, J., & Fontaine, A. M. (2011). Impacto da orientação sexual e do gênero na parentalidade: uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais. *Ex aequo* (23), 83-96. Recuperado de [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-55602011000100008&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602011000100008&lng=pt&tlng=pt).
- Golombok, S., & Tasker, F. (1996). Do Parents Influence the Sexual Orientation of Their Children? Findings from a longitudinal study of lesbian families. *Developmental Psychology*, 32(1), 3-11. doi: [10.1037/0012-1649.32.1.3](https://doi.org/10.1037/0012-1649.32.1.3)
- Golombok, S. (2000). Grandir dans une famille lesbienne. In M. Gross, *Homoparentalité état des lieux* (215-220). Toulouse, França: ESF éditeur
- Golombok, S. (2015). *Modern families: Parents and children in new family forms*. United Kingdom: Cambridge University Press.
- Golombok, S., Spencer, A., & Rutter, M. (1983). Children in lesbian and singleparent households: psychosexual and psychiatry appraisal. *J. Child Psychology Psychiatry*, 24(4), 551-572. doi: [10.1111/j.1469-7610.1983.tb00132.x](https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.1983.tb00132.x)
- Gross, M. (2013). *Parent ou homo, faut-il choisir? Idées reçues sur l'homoparentalité*. Paris: Le cavalier bleu.
- Hequembourg, A. (2004). Unscripted motherhood: lesbian mothers negotiating incompletely institutionalized family relationship. *Journal of Social and Personal Relationship*, 21(6), 739-762. doi: [10.1177/0265407504047834](https://doi.org/10.1177/0265407504047834)
- Hooks, B. (1984). *Feminist theory from margin to center*. Cambridge: South end Press.

- Imaz, E. (2015). Pensando sobre maternidades lésbicas. Relato de la evolución de um objeto de estudio. *Civitas*, 15(2), 294-308. doi: [10.15448/1984-7289.2015.2.18154](https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.2.18154)
- Lepoivre, A. (2018, julho 19). *PMA para todos: "A França está atrasada em relação ao resto da UE"* [site Le Parisien]. Recuperado de <http://www.leparisien.fr/societe/pma-pour-toutes-la-france-est-a-la-traine-par-rapport-au-reste-de-l-ue-19-07-2018-7826715.php>
- Luna, N. (2005). Natureza humana criada em laboratório: biologização e genética do parentesco nas novas tecnologias reprodutivas. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 12(2), 395-417. doi: [10.1590/S0104-59702005000200009](https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000200009)
- Maccallum, F., & Golombok, S. (2004). Children raised in fatherless families from infancy: a follow-up of children of lesbian and single heterosexual mothers at early adolescence. *Journal of psychology and psychiatry* (45), 1407-1419. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2004.00324.x>
- Machin, R. (2016). Homoparentalidade e adoção: (re) afirmando seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 350-359. doi: [10.1590/1807-03102016v28n2p350](https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p350)
- Medeiros, C. (2004). *Sobre Deveres e Prazeres: estudo acerca de mulheres que se assumiram lésbicas depois de terem sido mães* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Medeiros, C. (2006). Uma família de mulheres: ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. *Estudos Feministas*, 14(2), 535-547. doi: [10.1590/S0104-026X2006000200013](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200013)
- Olivier, A. (2015). "Je leur dis que j'ai deux mamans?" carrières de (non-) publicisation de l'homoparentalité à l'école em France. *Revue Internationale, Enfances Familles Générations*, 23, 52-70. Disponível em <http://journals.openedition.org/efg/327>
- Pichardo Gálan, J. (2009). *Entender la diversidad familiar: Relaciones homosexuales y nuevos modelos de familia*. Barcelona: Bellaterra.
- Pontes, M. (2011). *Desejo por filhos em casais de mulheres: percursos e desafios na homoparentalidade* (Dissertação de mestrado). PUC-Rio, Rio de Janeiro.
- Pontes, M. (2019). Filhas e filhos de mães lésbicas: caminhos e margens no Brasil e na França (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia. UERJ, Rio de Janeiro.
- Pontes, M., Féres-Carneiro, & T., Magalhães, A. (2015). Famílias homoparentais e maternidade biológica. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 189-198. doi: [10.1590/1807-03102015v27n1p189](https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p189)
- Rolnik, S. (2014). *Cartografia sentimental*. Porto Alegre: Meridional e Editora da UFRGS.
- Rozée, V. (2012). L'homomaternité issue de l'assistance médicale à la procréation en France: état des lieux d'un recours transnational. In E. Borrillo, E. Fassin (dir.), Dossier "La bioéthique en débat: angles vifs et points morts". *Raison Publique: Presses universitaires de Rennes*. Recuperado de <http://www.raison-publique.fr/article531.html>
- Santos, C. (2004). *A parentalidade em famílias homossexuais com filhos: um estudo fenomenológico da vivência de gays e lésbicas* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Sátiro, D., & Barrio, A. E. B. (2016). Família é afetos: 'a opção sexual é coisa dele'. Discursos de filhos com pais não heteros. *Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani*, 8(1), 105-137. doi: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/6277>
- Silva, D. (2013). *Enfim mães! Da experiência da reprodução assistida à experiência da maternidade lésbica* (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Stacey, J., & Biblarz, T. (2001). (How) does the sexual orientation of parents matter? *American Sociological Review*, 66, 159-

183. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/2657413>
- Tarnowski, F. (2002). "*Pais assumidos*": adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.
- Vanfraussen, K., Ponjaert-Kristoffersen, I., & Brewaeys, A. (2002). What does it mean for youngsters to grow up in a lesbian family created by means of donor insemination? *Journal of reproductive and infant psychology*, 20(4), 237-252. doi: [10.1080/0264683021000033165](https://doi.org/10.1080/0264683021000033165)
- Vecho, O., & Schneider, B. (2005). Homoparentalité et développement de l'enfant: bilan de trente ans de publications. *La psychiatrie de l'enfant*, 48(1), 271-328. doi: [10.3917/psy.481.0271](https://doi.org/10.3917/psy.481.0271)
- Uziel, A. (2007). *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Zauli, A. (2011). *Famílias homoafetivas femininas no Brasil e no Canadá: um estudo transcultural sobre novas vivências nas relações de gênero e nos laços de parentesco* (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

---

#### **Dados sobre a autora:**

- *Mônica Fortuna Pontes*: Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1990), mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011) e doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2019). Fez parte do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) na Université Paris 8, Paris, França (2017-2018). Especialista em Psicologia Clínica pelo CRP (2002). Formação em Psicoterapia Reichiana (2003). Atua como psicóloga clínica em consultório particular desde 1990. Tem experiência no atendimento à portadores do HIV/AIDS. Suas principais áreas de interesse e/ou atuação são: Psicologia Social, Diversidade Sexual, Homoparentalidade e Psicologia Clínica.

#### **Agradecimentos:**

- À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela bolsa de estudos de doutorado FAPERJ nota 10.
- À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de estudos de doutorado sanduíche realizada em Paris, na França.